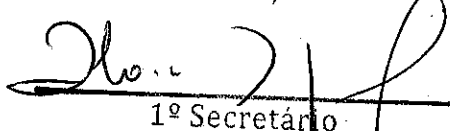


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL FLORA IZABEL

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 03 /2018
LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 04/04/2018

Altera a redação do art. 5º, VII, da Lei Nº 4.254, de 27 de dezembro de 1988, que disciplina a cobrança de taxas estaduais e dá outras providências.


1º Secretário

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Piauí decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 5º, VII, da Lei Nº 4.254, de 27 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º São isentos de pagamento das taxas:

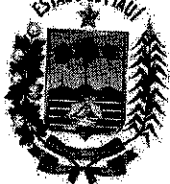
- I - os servidores públicos do Estado ou de suas autarquias ativos e inativos, no exercício do direito de petição;
- II - as entidades de assistência social ou beneficência, de educação ou de cultura, devidamente reconhecidas de utilidade pública;
- III - a União, Estados, Municípios e demais pessoas jurídicas de direito público interno;
- IV - os responsáveis pelas promoções de caráter recreativo, desde que o total da renda seja destinada a instituições de caridade, devidamente reconhecidas, relativamente às taxas que incidem sobre as autorizações das respectivas promoções;
- V - (Revogado pela Lei nº 4.455, de 26.12.1991, DOE PI de 26.12.1991)
- VI - os grêmios e diretórios estudantis de qualquer nível escolar;
- VII - Os servidores públicos que exerçam funções fiscais, policiais, judiciais e custódia de valores públicos, os membros do Ministério Público, Procuradoria, Magistratura, Poder Legislativo e Conselheiros do Tribunal de Contas, observado, em qualquer hipótese, o interesse do serviço público nas respectivas áreas, **bem como os servidores públicos estaduais da categoria dos motoristas que, em virtude do exercício de sua função, necessitem conduzir veículos oficiais ou sob a custódia do Estado.**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões Legislativas do Piauí, em 12 de março de 2018.


FLORA IZABEL
Deputada Estadual do PT-PI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL FLORA IZABEL

JUSTIFICATIVA

O motorista da Administração Pública do Estado do Piauí tem grande importância por transportar os gestores públicos (secretários, diretores, coordenadores, dentre outros servidores) para os mais diversos lugares, ajudando a levar o desenvolvimento para todas as regiões do Piauí.

Apesar da sua importância para o serviço público, a maioria dos motoristas do Estado ganha apenas **R\$ 64700**. Mesmo com o salário aviltante, tem de gastar cerca de **20% de seu salário** com o pagamento da taxa de renovação da Carteira Nacional de Habilitação, a CNH.

Caso o motorista não renove a CNH, fica impedido de exercer a sua função no serviço público. A CNH é o principal requisito para o exercício da função de motorista do Estado. Por esta razão, faz-se necessária a **isenção da Taxa de Renovação da Carteira Nacional de Habilitação(CNH)** para todos os motoristas da Administração Pública Estadual.

De acordo com estudo da direção do Sindicato dos Motoristas Oficiais do Estado do Piauí, o Estado tem **523 motoristas** e o impacto da isenção nos cofres públicos será pequeno, de apenas R\$ 65 mil, já que a taxa é de R\$ 126. Além disso, será insignificante, uma vez que as renovações das Carteiras de Motoristas são feitas de quatro em quatro ano e isso não ocorre com todas de uma vez.

Hoje, os Estados da Bahia, Acre, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina já concedem a isenção da taxa de renovação da Carteira Nacional de Habilitação para os motoristas da Administração Pública Estadual.

No Piauí, a Lei Nº 4.254, de 27 de dezembro de 1988, prevê a isenção de taxas para quem exerce as funções de fiscais, policiais, judiciais e custódia de valores públicos, membros do Ministério Público, Procuradoria, Magistratura, Poder Legislativo e Conselheiros do Tribunal de Contas, **excluindo os motoristas oficiais**.

De todas as categorias contempladas, a isenção da categoria dos motoristas oficiais da administração pública estadual é a que causaria menor impacto aos cofres públicos. É importante frisar que o Rio Grande do Sul foi o Estado que mais avançou em matéria de isenção da taxa da CNH para os motoristas oficiais. Lá a isenção é garantida por lei que abrange os motoristas das esferas Estadual, Municipal e Federal.

Da mesma forma que é de INTERESSE PÚBLICO outras categorias terem o benefício, é de INTERESSE PÚBLICO que os motoristas oficiais do Estado do Piauí também passem a gozar da isenção da taxa de renovação da Carteira Nacional de Habilitação para o exercício da função.

Sendo assim, acredito ser justo o pleito do Sindicato dos Motoristas Oficiais do Piauí, para que possam tirar a CNH com a isenção da taxa.

Diante do exposto, solicito aos nobres deputados e deputadas a análise e aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões Legislativas do Piauí, em 12 de março de 2018.


FLORA IZABEL
Deputada Estadual do PT-PI